

“ESCUTAR PARA ANUNCIAR A PALAVRA DE DEUS”

no 40.º Aniversário da Constituição “Dei Verbum”¹

Jorge Alves Barbosa

A leitura, estudo e interpretação da Palavra de Deus constituíam algo de perfeitamente normal no primeiro milénio da História da Igreja, com particular relevo para o lugar que lhe era concedido pelos Padres dos primeiros séculos, nomeadamente S. Jerónimo. A sua leitura era tão importante que este santo biblista chegou ao ponto de dizer que “ignorar a Bíblia era o mesmo que ignorar a Cristo”, enquanto S. Gregório Magno dizia que “a Bíblia cresce com quem a lê” e, mais ainda, que “ela revela a cada um o seu verdadeiro rosto”; por isso, até os analfabetos eram aconselhados a encontrar alguém que lhes lesse o texto bíblico, nomeadamente os mais ricos que deveriam pagar para tal; para as pessoas mais simples divulgou-se a “bíblia dos pobres” em que a mensagem bíblica era transmitida através de imagens.

Assim se chegou praticamente ao séc. XVI, quando a Reforma veio criar uma nova situação no confronto dos cristãos com a Sagrada Escritura; criou-se, a partir de então, uma situação de ruptura entre o texto sagrado e a vida dos crentes que haveria de chegar até muito perto do Concílio Vaticano II. É, por isso, neste contexto que haveremos de entender o facto de o estudo e a interpretação da Palavra de Deus constituírem uma das principais preocupações dos responsáveis pela preparação do Concílio e uma das questões que mais, e por mais tempo, ocuparam os padres conciliares, pese embora o facto de se tratar de um dos documentos conciliares mais pequenos. A história da discussão do tema, desde a apresentação do *Esquema I* até à votação *Esquema V*, como texto final, perpassa quase todo o tempo de realização do Concílio. Já a 14 de Novembro de 1962 era apresentado pelo Card. Ottaviani o *Esquema I* intitulado “*Esquema da Constituição Dogmática sobre as Fontes da Revelação*”, ao passo que o *Esquema V* que seria publicado como *Constituição “Dei Verbum”* haveria de ser votado apenas em 28 de Outubro de 1965. Entre estas duas datas desenrolara-se um longo, difícil e mesmo delicado processo que exigiu a intervenção directa quer do Papa João XXIII quer do Papa Paulo VI, sob pena de, ou não termos nenhum documento sobre o assunto ou de termos uma reposição da doutrina tradicional, elaborada durante o período que imediatamente se seguiu ao

¹ Este artigo começou por ser uma Conferência sobre a Constituição “Dei Verbum” feita às Religiosas e posteriormente aos Sacerdotes do Arciprestado de Viana do Castelo. A efeméride que ora comemoramos motivou uma revisão, reorientação e actualização do texto original (N.A.).

Concílio de Trento, apesar das aporções posteriores que apontavam numa linha de evolução da doutrina e de desenvolvimento dos estudos bíblicos.

1. A "Dei Verbum" como ponto de chegada de um processo...

O título do *I Esquema* e o facto de ser apresentado pelo Card. Ottaviani, titular do Santo Ofício eram, já de si, reveladores da orientação conservadora do documento proposto, tornando patente a complexidade de uma questão que se tornara particularmente polémica a partir do séc. XVI, quer pela influência do humanismo renascentista quer sobretudo pelas ideias reformistas de Lutero e do princípio da "sola scriptura".² É por isso que a forma de abordagem da Sagrada Escritura na vida da Igreja enferma ainda hoje do ambiente que rodeou a discussão ao longo dos tempos e revela também as limitações daí decorrentes: em Trento procurou-se dar uma definição clara do "canon" bíblico por causa da questão colocada por Lutero que retirava do mesmo alguns dos livros sagrados, ao adoptar o "canon curto" ou cânon palestinese; daí que o Concílio tridentino viesse a afirmar preferencialmente a canonicidade de "todos os Livros com todas as suas partes" anexando aos termos incisivamente dogmáticos do *Decreto "Sacrosancta"* a lista dos livros sagrados dizendo: "seguindo os exemplos dos Padres Ortodoxos, a Igreja recebe e venera com o mesmo piedoso afecto e reverência tanto a totalidade dos livros do Antigo como do Novo Testamento, porque Deus é o único autor de um e de outro, como recebe e venera as ditas tradições que se referem à fé e aos costumes como sendo ditadas por Cristo ou pelo Espírito Santo e conservadas na Igreja Católica sem qualquer interrupção".³

A dimensão assumidamente dogmática da doutrina conciliar continuava a afirmar-se nos seguintes termos: "e se alguém não receber estes livros como sagrados e canónicos, com todas as suas partes, como se costuma ler na Igreja católica e estão contidos na antiga edição latina, a Vulgata, e desprezar conscientemente as tradições acima referidas, seja anátema". As consequências desta posição marcadamente polémica da Igreja Católica em relação ao protestantismo foram muito negativas quer

² O primeiro documento sobre a questão foi a declaração de "Deus como Autor da Sagrada Escritura" na sua totalidade, ou seja, do Antigo e do Novo Testamento, contra as heresias maniqueias que rejeitavam o Antigo Testamento. Trata-se do "*Status Ecclesiae Aintiqua*" (séc. V). A mesma doutrina haveria de ser afirmada no "*Decreto Pro Jacobitis*" no Concílio de Florença (1442) onde se dizia que os dois Testamentos foram escritos "sob inspiração do Espírito Santo". É esta mesma doutrina que irá ser retomada em Trento, mas no contexto mais concreto do Cânon Bíblico. Ficaram célebres as disputas entre Lutero e o Cardeal Cajetano.

³ CONC. DE TRENTO, *Decr. "Sacrosancta"*, de 8 de Abril de 1546 in DS n.º1506

para a continuação e desenvolvimento dos estudos bíblicos, porque se reservava a interpretação bíblica para o Magistério de Igreja,⁴ quer para a utilização da Bíblia por parte dos fiéis que aos poucos dela se foram afastando, mesmo que não fosse esta a intenção do concílio. Ao reservar a interpretação bíblica à Tradição e ao estilo dos Santos Padres, a Bíblia ficava reduzida à condição de "serva da apologética e da Teologia", e ao tentarem evitar as consequências da heresia protestante acerca da interpretação pessoal da Escritura, querendo assim evitar que esta se tornasse fonte de divisão, os responsáveis da Igreja fizeram com que o povo católico "tivesse medo da Bíblia"... A Bíblia transformou-se num "livro protestante", de leitura, quando muito, reservada aos clérigos, ficando o povo entregue a devoções e a orações aos santos e à veneração das relíquias, perdendo-se a mesa da palavra e reduzindo-se a vida cristã a um sacramentalismo pietista privado da iluminação da Palavra de Deus.⁵

Foi esta situação que, com pequenas alterações, chegou até nós, pois o Concílio Vaticano I, a este respeito, tomou também uma posição claramente "apologética", procurando defender a Bíblia, agora, dos extremismos do racionalismo protestante e considerando-a apenas como "fonte de argumentos para defender a Doutrina da Igreja"; tudo isto em virtude da desconfiança crescente motivada pela crítica histórica e textual, nomeadamente a da escola da "história das formas" e mesmo contra uma certa "mitologização" bíblica,⁶ posição extrema assumida por alguns teólogos protestantes.⁷

⁴ Um decreto de Pio IV, de 13 de Novembro de 1564, insistia na competência exclusiva da Igreja em ordem à interpretação da Bíblia, impondo a interpretação dos Santos Padres, devendo os Professores de Sagrada Escritura jurar: "admito a Sagrada Escritura segundo o sentido que lhe deu a Santa Madre Igreja a quem pertence julgar do verdadeiro sentido e interpretação das Sagradas Escrituras e nunca a receberei e interpretarei a não ser segundo o consenso unânime dos Santos Padres". O resultado foi que a Bíblia passou a ser para os teólogos um "arsenal de provas" para os apologetas demonstrarem as suas teses e atirarem contra os pretensos herejes... e reduzida apenas à dimensão de "serva da Teologia"... O contrário será afirmado pelo Vaticano II.

⁵ Mesmo com o exagero que é notório, não deixa de ser interessante a expressão do grande poeta católico Paul Claudel: "O respeito pela Sagrada Escritura não tem limites; manifesta-se sobretudo ficando longe dela" (PAUL CLAUDEL, "Écriture Sainte" in *La Vie Intellectuelle*, 16 (1948), p. 10.

⁶ "A própria Sagrada Escritura que antes era considerada como única fonte e único juiz da doutrina cristã, já não é considerada divina, mas até já começa a ser contada entre as especulações míticas" (Introdução da *Const. "Dei Filius"*). A este respeito convém precisar alguns conceitos: Quando se diz que a Bíblia tem uma linguagem "mítica" quer-se dizer que na Sagrada Escritura há acontecimentos que, com o tempo, acabaram por transcender a dimensão histórica, passando a ser entendidos como símbolos. É o caso de expressões como "jardim", "costela", "árvore da ciência", "serpente tentadora", etc. Se falássemos de linguagem "mitológica" quereríamos dizer que determinados termos foram simplesmente inventados para transmitir uma determinada ideia ou mensagem, ou seja, toma como reais os próprios símbolos que inventou. Assim, a linguagem "mitológica" das línguas e culturas orientais permanece para elas como tal, ao passo que, ao apropriar-se dos símbolos e da "mitologia" oriental a Sagrada Escritura toma-os como expressão de uma realidade superior que quer transmitir, sendo assim transformados em "mitos". "... "O fim do mito é significar o absoluto, descobrir o inacessível, penetrar na região do mais além que escapa à experiência lógica, à compreensão empírico-racionalística. O mito exprime plástica e

O Concílio Vaticano I estudou cuidadosamente a Revelação, apresentando o facto da Revelação de Deus como objecto de fé contra aqueles que advogavam a necessidade única de um conhecimento natural de Deus.⁸ Adoptou-se sem discussão o "canon" de Trento como norma absoluta, falando-se, quase em sentido literal, de um "Deus autor" da Sagrada Escritura.

O período que medeia entre o Concílio Vaticano I e o Vaticano II é sem dúvida o mais importante e mais fecundo no que respeita ao progresso dos estudos bíblicos, tanto protestantes como católicos, bem como às intervenções do Magistério da Igreja sobre o assunto. A partir do Vaticano I, apesar da desconfiança e do cariz apologético das suas posições, a Bíblia vai ser encarada numa perspectiva mais positiva. Expressão disso são alguns documentos fundamentais, a saber: uma Carta de Leão XIII ao P. Lagrange, director da École Biblique de Jerusalém,⁹ em 17 de Setembro de 1896, animando-o a prosseguir os estudos bíblicos e a pesquisa arqueológica dos Lugares Santos; devido a uma reacção mais conservadora de personalidades como o Card. Newman e o P. D'Hulst, Reitor do Instituto Católico de Paris, que daria origem à famosa "Questão Bíblica",¹⁰ a *Encíclica "Providentissimus Deus"* do mesmo Pontífice, de 18 de Novembro de 1893, apresenta como fundamental novidade o alerta lançado a todos os cristãos para a importância da Palavra de Deus, para a excelência e valor da Escritura, para as vantagens de a ler e estudar, ao mesmo tempo que põe em relevo a necessidade de "estudar as línguas e culturas antigas orientais" para se compreender a

dramaticamente o que a filosofia e a teologia exprimem dialecticamente" (MIRCEA ELIADE, *Traité d'Histoire des Religions*).

⁷ O Concílio Vaticano I trata da questão na *Constituição "Dei Filius"*, que afirma a aceitação "como sagrados e canónicos" por parte da Igreja católica de "todos os livros na sua integridade com todas as suas partes porque escritos sob inspiração do Espírito Santo e têm Deus por autor e como tais foram transmitidos à Igreja".

⁸ VATICANO I, *Const. "Dei Filius"*, de 24 de Abril de 1870, cap. 2; afirma: "Esta revelação sobrenatural, segundo declara a fé da Igreja universal pela santa voz do Concílio de Trento, encontra-se nos livros escritos e nas tradições não escritas que recebidas pelos apóstolos dos lábios do próprio Cristo, ou entregues pelos Apóstolos sob inspiração do Espírito Santo, chegaram até nós. São sagrados e canónicos não porque foram escritos unicamente pelo esforço humano e depois aprovados pela autoridade da Igreja, nem unicamente porque contêm a revelação sem erro, mas porque, tendo sido escritos por inspiração do Espírito Santo, têm a Deus por autor e, como tais foram entregues à mesma Igreja".

⁹ A importância desta escola mede-se pela erudição de seus professores e de nomes como o de Roland de Vaux e pelos resultados, entre muitos outros, a edição da célebre *Bíblia de Jerusalém*.

¹⁰ A "Questão Bíblica" é provocada pela reacção conservadora de personalidades conhecidas do mundo católico como o Card. Newman e o Reitor do Instituto Católico de Paris não já contra as escolas protestantes do séc. XIX, mas contra católicos como P. Lagrange e a orientação mais "avançada" da École Biblique de Jerusalém. Mesmo sendo perseguido e mal entendido, o Padre Lagrange nunca se afastou da ortodoxia. A *Enc. "Providentissimus Deus"* viria a consagrar o seu espírito de abertura.

Bíblia, e aconselha ainda um aprofundamento da ciência crítica... Apesar de algum mal estar que estas posições de abertura sempre vão despoletando, já estamos longe do "medo da Escritura" que resultara das posições de Trento!... Depois de algumas intervenções do Magistério nomeadamente no contexto da crise "modernista",¹¹ surgem dois grandes documentos: a *Enc. "Spiritus Paraclitus"* de Bento XV, em 15 de Setembro de 1920, e a *Enc. "Divino Afflante Spiritu"* de Pio XII, em 30 de Outubro de 1943, que se poderão considerar como os verdadeiros antecedentes próximos e preparadores da discussão conciliar.

A *Enc. "Spiritus Paraclitus"*, de Bento XV, publicada para celebrar o XV centenário da morte do grande biblista S. Jerónimo, e seguindo o espírito positivo da *Enc. "Providentissimus Deus"*, trata claramente da relação da Bíblia com os estudos históricos e a questão da "inspiração" e "inerrância" bíblicas,¹² aflorando desde já um tema que haveria de ser apresentado claramente pelo documento seguinte: os "géneros literários da Sagrada Escritura". O tom ainda um pouco apologético desta Encíclica prende-se com a questão delicada da "mitologização" anteriormente condenada pelo Vaticano I, e com os problemas entretanto levantados pela crítica histórica e mesmo pelas teorias do evolucionismo biológico... No contraste com o afastamento de que falámos anteriormente, devemos referir que Bento XV fala agora da necessidade de "fazer da Bíblia um livro de leitura diária"...

Já em meados do séc. XX, o Papa Pio XII publicou a *Enc. "Divino Afflante Spiritu"* onde se abandona, finalmente, a linguagem apologética dos documentos e intervenções anteriores para encarar a Bíblia e os problemas da interpretação bíblica numa perspectiva positiva. O próprio título é revelador dessa intenção ao dizer em título: "Encíclica Divino Afflante Spiritu, sobre o modo mais oportuno de promover os estudos da Sagrada Escritura". Não trata já de defender a Bíblia como um valor absoluto e intocável, nem a doutrina e teologia de que ela é o "arsenal" mas, pelo contrário, procura enfrentar os problemas que as ciências modernas colocam à teologia e aos católicos, nomeadamente àqueles que "apologeticamente" continuavam a entender a Bíblia como um livro histórico e científico em sentido estrito. As duas grandes novidades da doutrina deste Pontífice vão ser: aconselhar o estudo dos géneros literários na Sagrada Escritura e dar liberdade aos exegetas católicos relativamente às limitações do Magistério, ou seja, deixarem de ser apenas os "fornecedores de provas

¹¹ PIO X, *Decr. "Lamentabili"* com 65 proposições condenadas, quatro das quais referentes à Sagrada Escritura, nomeadamente do P. Loisy; a *Encíclica "Pascendi"* apresenta as motivações da condenação do "modernismo" (Ver *Cad. Bíblico* n. 23, p. 25).

¹² Terminologia importante para compreender a *Const. "Dei Verbum"* que vai falar de inspiração, não no contexto de "inerrância", mas de "verdade salvífica" na Sagrada Escritura. São termos que Bento XV trata longamente: Inspiração, nn. 8-13 e "inerrância", nn. 14-29. Veja-se a desproporção...

bíblicas" para o trabalho dos teólogos e do Magistério da Igreja para serem os investigadores do verdadeiro sentido da Palavra de Deus. Quer dizer, daí por diante a intervenção dos responsáveis não vai ser a de "travão" para os estudos bíblicos, mas de um estímulo, mesmo um "catalisador" dos mesmos estudos, mesmo que apelando à responsabilidade de todos. Esta doutrina haveria de dar origem a grandes discussões ainda no Concílio Vaticano II. Entre outras afirmações e relativamente aos géneros literários, diz Pio XII: "os orientais não usaram, para exprimir o que lhes ia na alma, das mesmas formas e modos que nós usamos hoje, mas antes, das que estavam em uso na sua época e região. O exegeta não pode, a priori, determinar quais foram essas formas, mas sim pelo estudo aturado das literaturas orientais antigas..."¹³ "O povo de Israel prevalece singularmente sobre as outras nações do Oriente quanto ao modo de escrever correctamente a História, quer pela antiguidade quer pela relação fiel dos acontecimentos. Esta prerrogativa deve-a sem dúvida ao carisma da inspiração divina e à finalidade particular religiosa da História Bíblica. Entretanto, se tivermos uma ideia correcta da inspiração bíblica, não nos espantaremos de encontrar nos autores sagrados, como aliás em todos os escritores antigos, certas formas de narrar e expor, certos idiotismos próprios das línguas semitas, estimativas, modos hiperbólicos de falar, mesmo paradoxos destinados a imprimir mais consistentemente as ideias no espírito. Entre os modos de falar mais frequentemente empregues pelos antigos, particularmente pelos orientais, para traduzir o pensamento humano, nenhum está ausente dos livros Sagrados, contanto que o género não repugne à dignidade da Palavra de Deus na sua veracidade e santidade. Frequentemente onde algumas pessoas se comprazem em objectar que os autores sagrados se afastam da veracidade e da fidelidade histórica (acrescentaríamos científica)¹⁴ ou que nos referem acontecimentos de exactidão duvidosa, constatamos tratar-se simplesmente de modos de dizer e contar próprios dos antigos, usados por eles na sua forma habitual de viver e licitamente empregues nas suas relações mútuas. A honestidade exige portanto que não lhes atribuamos mais dose de erro do que a que eles tinham para a sua época".¹⁵

¹³ Doutrina já afirmada antes por Leão XIII na *Enc. "Providentissimus Deus"* e apresentada no n. 20 da *Constituição "Dei Verbum"*.

¹⁴ Trata-se das questões levantadas pela contradição entre a ideia de "inerrância" bíblica e os dados recentes da ciência biológica e da crítica histórica, desde o caso Galileu às teorias de Darwin ou às descobertas arqueológicas, nomeadamente a partir dos trabalhos em campo da *École Biblique de Jérusalem* continuados e consagrados particularmente com W. Allbright e Roland De Vaux.

¹⁵ PIO XII, *Enc. "Divino Afflante Spiritu"*, n. 20 onde fala da importância dos géneros literários e especialmente da História, bem como da importância do estudo das línguas semitas. Referindo mesmo uma frase de S. Tomás que diz: "Na Escritura, as coisas divinas são-nos apresentadas ao modo usual, humano" (*Ad Hebr. Cap. I, Lectio 4*); apresenta o que depois foi definido como as "analogias da inspiração": assim como o Verbo se fez semelhante ao homem, também a Palavra de Deus se fez

A este documento fundamental para a evolução dos estudos bíblicos e para um processo de abertura que haveria de inspirar a *Constituição "Dei Verbum"*, seguiram-se algumas intervenções do Magistério sobre questões particulares, intervenções que fizeram escola como a "Resposta da Pontifícia Comissão Bíblica ao Card. Suhard sobre os onze primeiros capítulos de Génesis", hoje chamados de "Pré-História bíblica", de 16 de Janeiro de 1948, e algumas afirmações da *Enc. "Humani Géneris"* de Pio XII, em 12 de Agosto de 1950, que, sobre os problemas entre os relatos da criação e as ciências biológicas, vão no sentido de que se deve deixar às ciências as questões científicas, evitando ao mesmo tempo uma interpretação simplesmente "espiritual" da Escritura em detrimento da crítica textual. Coloca deste modo em questão alguns desvios de uma chamada "teologia nova" que afinal se prendiam com a tentativa de um certo "concordismo", mas apontando para a possibilidade de erro no autor humano e a inerrância no autor divino, problema que a "Dei Verbum" terá também que enfrentar. E chegámos assim ao Concílio Vaticano II.

2. Processo de formação da Const. "Dei Verbum"

As vicissitudes por que passou a elaboração da *Const. "Dei Verbum"* são o resultado das complicações do processo histórico que acabámos de apresentar em linhas gerais: passar de uma visão polémica sobre o conteúdo e importância da Sagrada Escritura em Trento, a uma visão apologética no Vaticano I e a uma perspectiva mais ecuménica e pastoral do Vaticano II; passar da visão dogmática e centralista sobre as "Fontes da Revelação", com a equivalência entre Escritura, Tradição¹⁶ e Magistério da Igreja para uma contemplação da "Palavra de Deus" que a Igreja escuta e vive para depois a poder apresentar aos outros; passar de uma afirmação do Magistério da Igreja como árbitro e norma absoluta da interpretação da Sagrada Escritura, que ostensivamente apresenta aos outros, para uma afirmação de toda a Igreja como "ouvinte da palavra",¹⁷ nos termos do início do próprio documento conciliar: "Este

semelhante à linguagem humana". Estar atento aos "Géneros Literários" na Sagrada Escritura quer dizer que teremos de entender a narrativa da "Passagem do Mar" em Êxodo no mesmo sentido poético-épico da narrativa camoniana do "Adamastor" ou a narrativa do "Paraíso terreal" no mesmo sentido em que entendemos a "Ilha dos Amores".

¹⁶ Habitualmente afirma-se esta paridade entre Escritura e Tradição relativamente a Trento, mas foi provado que o pensamento do Consílio tridentino não era este, deixando a questão para depois; foram os comentadores e teólogos pós-tridentinos que acabaram por desenvolver e impor esta doutrina.

¹⁷ É uma expressão cara a Karl Rahner esta forma de apresentar o cristão essencialmente como um "Hörer des Wortes", um "ouvinte da palavra" no seguimento da afirmação de S. Paulo: "Ergo fides ex

Sagrado Concílio, ouvindo religiosamente e proclamando com desassombro a Palavra de Deus..." (*"Dei Verbum"*, n. 1). Como dissemos acima, logo nos inícios do Concílio, foi apresentado um documento baseado essencialmente na doutrina subsequente ao concílio de Trento e Vaticano I,¹⁸ e que se esperava fosse aprovado, sem grande discussão, pelos Padres conciliares. Era o que ficou conhecido como *Esquema I*.

Este *Esquema I* tinha como ponto de partida um documento preparatório que constava de dois capítulos apenas: I - A Sagrada Escritura; II - A Tradição Católica. Aqui se vê claramente explícita a teoria das "Duas Fontes" da Revelação – a Escritura e a Tradição – teoria logo assumida pela Comissão Teológica encarregada de apresentar um projecto de documento ao Concílio a que chamou "Esquema da Constituição Dogmática sobre as Fontes da Revelação". Este documento tinha apenas 20 páginas e cinco pequenos capítulos: 1) Duas Fontes da Revelação, 2) Inspiração, Inerrância e composição literária; 3) Antigo Testamento; 4) Novo Testamento; 5) A Escritura na Igreja. Foi apresentado aos Padres do Concílio pelo suspeito Card. Ottaviani ¹⁹ e defendido por Mons. Garofalo, em termos bem elucidativos: "a missão de um Concílio é a de formular a doutrina de modo mais adequado, não de a renovar, mas de a aperfeiçoar";²⁰ acrescentando, de seguida, que este Esquema era "obra de especialistas escolhidos de todo o mundo..." Isso não era verdade pois se via, desde logo, que manifestava apenas uma tendência e marcadamente conservadora da questão bíblica. Surgiu imediatamente uma forte reacção de manifesta oposição ao texto, vinda

auditu, auditus autem per verbum Christi", ou seja "a fé vem daquilo que se ouviu e o que se ouviu vem da palavra de Cristo". (Rom 10, 17)

¹⁸ É que, apesar do lado positivo das intervenções do Magistério, o lado prático teve grandes vicissitudes até aos anos sessenta: o P. Lagrange foi perseguido já depois da *Enc. "Providentissimus Deus"*, muitos exegetas foram perseguidos depois da *Enc. "Divino Afflante Spiritu"* e muitos outros foram criticados e perseguidos por ensinarem nos termos da *Const. "Dei Verbum"*; aqui já sinto atingidas pessoas como o Dr. Manuel Isidro Alves em Braga e até eu mesmo que tive problemas em Viana, nos anos oitenta, quando comecei a tratar estas questões nos primeiros Cursos de Catequese. Foram acusar-me ao Bispo. E ainda hoje, quarenta anos depois do Concílio. é difícil abordar estes assuntos.

¹⁹ O facto de ser apresentada pelo Card. Ottaviani é significativo. Tratava-se de um dos cardeais mais conservadores do Vaticano, era o Prefeito da Congregação do Santo Ofício (hoje Congregação da Doutrina da Fé) e de quem até se contam várias anedotas...

²⁰ É curiosa a maneira como relata esta situação o padre conciliar português, Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Conta ele que o Cardeal do Santo Ofício fez a apresentação do documento "em termos que já impressionaram pelo modo estudado e político: parece que pressentia a tenção eléctrica da atmosfera. Que todos deviam ter em conta que o esquema representava o trabalho de muitos e competentes colaboradores... que não lhe devia ser assacada a falta de tom pastoral... que decerto coisas haveria que se pudessem aperfeiçoar, mas que, no geral, ali se encontrava a doutrina incontroversa. E só deixou por um pouco este tom de serena autoridade e de mansidão confiante para denunciar e estigmatizar que se tivessem elaborado esboços de contra-projecto... E começou o temporal..." (D. ANTÓNIO FERREIRA GOMES, *Pareceu ao Espírito Santo... E a nós?!*, Fundação Spes, Porto, 2000, p. 132).

sobretudo de Bispos representantes de países de grande influência protestante e com os estudos bíblicos mais avançados; o Cardeal Lienart disse simplesmente: “Este esquema não me agrada!”, no que foi seguido pelos cardeais Köenig, Frings, Béa e Tisserrant que pediam a imediata rejeição do documento, ou então a sua reformulação, de modo a proteger os exegetas. No outro extremo, os Bispos dos países de maioria católica e de formação mais dogmática e jurídica, "julgando-se na posse da verdade e desejando defendê-la de incertezas e ousadias", apoiavam o documento na sua visão dogmatista e mesmo apologética. A posição mais aberta, - "posição bíblica" - foi ganhando terreno, mas a votação proposta pela Comissão sobre a continuidade da discussão do documento não foi conclusiva dado que manifestava claramente o alinhamento de dois blocos;²¹ face à intransigência da "posição dogmática", a discussão deveria continuar mesmo com o risco de se arrastar indefinidamente. Foi então que João XXIII interveio pessoalmente e "mandou retirar o esquema" criando uma Comissão Mista formada por representantes das duas tendências, conduzidas respectivamente pelo Card. Ottaviani (dogmática) e pelo Card. Béa outrora Reitor do Pontifício Instituto Bíblico de Roma (bíblica). Seria o ponto de partida para a elaboração do *Esquema II*.

O *Esquema II*, resultante dos trabalhos da Comissão Mista, apresenta, logo de início, uma grande novidade: o título não é "As Fontes da Revelação", mas "A Palavra de Deus revelada". Enfermando ainda de uma demasiada escolasticidade, fraca dimensão pastoral, não ter em conta a questão ecuménica e denunciando uma grande confusão sobre o conceito de Tradição, trazia elementos positivos: o que antes eram duas fontes da Revelação opostas (Escritura e Tradição), agora eram duas fontes complementares, portadoras de uma única Revelação; afirmava-se o primado da Escritura sobre a Tradição (que é apenas veículo de transmissão da Palavra de Deus), afirmando-se o Magistério como alguém que está ao "serviço da Palavra de Deus". Do ponto de vista da estrutura, segue os cinco capítulos do *Esquema I*. Este documento foi aprovado depois de mais elaborado por uma Comissão de peritos, dando origem ao *Esquema III*.

O *Esquema III* apresenta a novidade de centrar a Revelação na pessoa de Jesus Cristo e afirmar que o Magistério deve interpretar a Sagrada Escritura na dependência da mesma Escritura; uma afirmação revolucionária é a de que a Sagrada Escritura é a "alma da Teologia" e não a sua "serva" como se dizia anteriormente. Entretanto viriam a gastar-se mais três anos (de Novembro de 1962 a Novembro de 1965) à volta de uma

²¹ Foi feita uma votação do documento antes de prosseguir a discussão; precisava-se de uma maioria de dois terços para o rejeitar (1473 votos) o que não foi conseguido. A votação foi de 1368 a favor, 822 contra e 19 nulos. Foi por isso que João XXIII interveio no sentido de se retirar o Esquema. Nessa altura um observador protestante terá afirmado que a partir daí começou a acreditar na infalibilidade pontificia...

nova questão: estaria toda a Revelação contida na Escritura ou haveria verdades reveladas também na Tradição da Igreja ("tradição constitutiva")?; é claro que a tendência mais dogmática defendia a "tradição constitutiva" enquanto que a tendência mais bíblica defendia que se deveria seguir a primeira posição até por uma questão ecuménica. Não se tendo chegado a consenso ficou um texto ainda hoje ambíguo a esse respeito. Chegou a ser proposta novamente a sua retirada, mas aí Paulo VI opôs-se e o debate continuou. Depois de algumas peripécias o *Esquema III*, mantendo a estrutura dos anteriores, foi enviado ao Plenário onde foram feitas algumas correcções no sentido de diferenciar a Palavra de Deus das formulações doutrinárias subsequentes. Neste momento surgiu uma aportação especial e curiosa por parte de um bispo oriental, Mons. Neófito Edelby que afirmava: "A Escritura, antes de ser um livro é o testemunho do Espírito Santo sobre o acontecimento de Cristo, cujo momento privilegiado é a Liturgia Eucarística... as Igrejas orientais vêem a Sagrada Escritura como a consagração da História da Salvação sob as espécies da palavra humana, mas inseparável da consagração eucarística. Tal como a consagração eucarística, também esta consagração da História da Salvação precisa de uma epiclese, e essa é a Tradição... Sem a Tradição, a Sagrada Escritura é letra morta".²² Infelizmente esta achega já veio demasiado tarde para que a dimensão litúrgico-pneumática pudesse informar e desocidentalizar um pouco o documento conciliar. Após as contribuições da aula conciliar foi entregue o trabalho de síntese a uma Comissão, trabalho que deu origem ao *Esquema IV*.

O *Esquema IV*, introduz então as emendas propostas pelos Padres Conciliares: fala de "tradição apostólica" e não de "tradição viva"; de "Livros Sagrados" em vez de "Santas Escrituras"; da distinção de dois momentos da transmissão da Palavra: pelos Apóstolos e pelos seus sucessores; retira ao Magistério os atributos de "supremo" e "infalível", afirmando antes que este "ouve piamente a palavra de Deus antes de a guardar e de a transmitir aos outros".²³ Uma comissão técnica fez algumas pequenas

²² Foi nomeadamente a respeito do tema da inspiração que viria a ser tratado no n. 11 da *Constituição "Dei Verbum"* que Mons. Neófito Edelby, arcebispo Melquita de Edessa teve uma intervenção onde apresentou esse brilhante contributo da Igreja do Oriente ao tema da inspiração e nomeadamente no sentido de o tornar mais uma questão de vida pela acção do Espírito Santo que uma questão intelectual como tinha acontecido a partir de Trento. Veja-se um desenvolvimento desta intervenção em V. MANNUCCI, *Bíblia Palavra de Deus*, Ed. Paulinas, S. Paulo, 1985, p. 373-376.

²³ Nesse sentido, recorda hoje Bento XVI: "A *Constituição Dogmática "Dei Verbum"* de cuja elaboração fui testemunha, participando em primeira pessoa como jovem teólogo, nas vivas discussões que a acompanharam, abre-se com uma frase de profundo significado: Os padres conciliares fizeram luz sobre um aspecto qualificante da Igreja: ela é uma comunidade que escuta e anuncia a Palavra de Deus; a Igreja não vive de si mesma, mas do Evangelho, e do Evangelho sempre e de novo retira orientações para o seu caminho". (BENTO XVI, *Discurso* aos participantes no Congresso sobre "A Sagrada Escritura na vida da Igreja", realizado para comemorar os 40 anos da Const. "Dei Verbum". Castelgandolfo, 20 de Setembro de 2005). Joseph Ratzinger foi um dos grandes comentadores da Constituição, particularmente

correções de pormenor e elaborou o texto no sentido de que as primeiras palavras do documento na versão latina e que haveriam de definir o título do mesmo, fossem "*Dei Verbum*". O resultado deste trabalho deu origem ao *Esquema V*, texto final do documento depois proposto para votação,.

O *Esquema V* foi então a votos em 28 de Outubro de 1965, sendo promulgado pelo Papa Paulo VI em 18 de Novembro de 1965 como *Constituição Conciliar "Dei Verbum"*.²⁴ Foi o documento possível face a tendências tão diversificadas e a posições tão extremadas; um documento que deixou grandes questões em aberto, mas evitou desde logo o sentido limitador e proibitivo dos anteriores. Pela sua abertura ao diálogo ecuménico, pela dimensão pastoral que procurou implementar nas relações dos cristãos com a Sagrada Escritura e pela liberdade de investigação que deixa aos exegetas, é um documento que afirma a sua importância "mais pelo que não diz que pelo que diz".²⁵

3. A Constituição "*Dei Verbum*"

A *Constituição "Dei Verbum"* sobre a Divina Revelação é um documento estruturado em seis capítulos precedidos de uma Introdução (n. 1): 1) A Revelação em si mesma (nn. 2-6); 2) A transmissão da Palavra divina (nn. 7-10); 3) Inspiração e Interpretação da Sagrada Escritura (nn.11-13); 4) O Antigo Testamento (nn.14-16); 5) Novo Testamento (nn.17-20) e 6) A Bíblia na vida da Igreja (nn. 21-26).

Na Introdução (n. 1) sobressai logo a novidade da linguagem inicial: "Este Sagrado Concílio, *ouvindo religiosamente e proclamando com desassombro* a Palavra de Deus,²⁶ faz suas as palavras de S. João: 'Nós vimo-la, damos testemunho dela, e vos anunciamos esta vida eterna que estava no Pai e nos foi manifestada...' (1Jo 1, 2-3); a Igreja passa de "senhora" e de "guarda" da palavra de Deus para "ouvinte", "serva" e "discípula". Mencionam-se os ensinamentos de Trento e do Vaticano I para dar a entender a dimensão de continuidade que deve caracterizar o conhecimento e a vivência

em "Kommentar zu Dogmatischem Konstitution über die göttliche Offenbarung", in *Lexikon fur Theologie und Kirche*, 1967, vol II.

²⁴ Na última votação global do documento, em 2115 votantes, 2081 votaram a favor, 27 votaram contra e houve 7 votos nulos; na votação do dia da promulgação, num total de 2350 votantes, 2344 votaram a favor, e 6 votaram contra.

²⁵ Trata-se de uma expressão que ouvi inúmeras vezes ao professor de Sagrada Escritura e que penso ser de Luis Alonso Schoekel que escreveu um importante comentário à "*Dei Verbum*" (B.A.C., Madrid).

²⁶ Esta expressão constitui a chave de leitura de todo o documento. Só ouvindo religiosamente a Palavra de Deus, a Igreja a pode proclamar desassombadamente" (WALTER KASPER, "Dei Verbum audiens et proclamans", intervenção no Congresso "A Sagrada Escritura na vida da Igreja", pelos 40 anos da Const. "Dei Verbum" (Roma, 14 a 18 de Setembro de 2005)

da Palavra de Deus, sublinhando a dimensão positiva de tudo o que fora anteriormente ensinado. A citação joanina faz ainda sobressair outra questão: não é só a palavra que se torna reveladora na Sagrada Escritura, mas também os acontecimentos são revelação de Deus: “vimos, contemplámos e tocámos...”²⁷

3. 1 - Capítulo I: A Revelação

A Revelação não é uma teoria, uma doutrina ou uma ideologia pura e simples, mas uma pessoa - Deus - que "se revela a si mesmo" (n. 2); uma revelação que se faz por obras e palavras, a célebre expressão "gestis verbisque" que consagra a revelação "na História e através da História"; a História é, por isso mesmo, História de Salvação enquanto apresenta o processo de revelação de Deus, centrado no “acontecimento” Jesus Cristo. Esta ideia, que nem sequer estava para ser discutida no Concílio, é vincada de seguida numa espécie de resumo da mesma História da Salvação onde ganha um relevo particular o povo de Israel (n. 3) a quem, "depois de ter falado muitas vezes e de muitos modos pelos profetas, Deus falou por Seu Filho Jesus Cristo (Heb 1, 1) para consumir a obra de santificação e confirmá-la com a acção do Espírito Santo. Não se trata simplesmente de “verdades reveladas”, mas de um Deus que se revela; por isso, a revelação é manifestação da "condescendência divina" uma "syncatábasis" pela qual, o homem, incapaz de, por si mesmo, conhecer a Deus, O conhece porque o mesmo Deus - que caminha ao seu lado na História - se dá a conhecer pelas Suas acções e palavra (n. 4). À auto-revelação de Deus o homem responde com uma atitude de "obediência na fé" (Rom 16, 26) já que a fé surge da "audição da palavra" (Rom 10,17) e, como já dissemos, o homem é essencialmente um "ouvinte da palavra". Por isso, sem o homem que a escute, a Revelação de Deus não tem sentido (n. 5). Esta afirmação toca o mistério da relação entre a vontade de Deus e a liberdade humana mas vinca uma perspectiva doutrinal que haveria de ser particularmente consagrada por João Paulo II: toda a acção salvífica de Deus se centra no homem, é a partir da vida e da história humana que se entende a acção de Deus. Essa verdade que afinal já professamos, talvez sem entender verdadeiramente, no Credo será aprofundada adiante (n. 11). Enquanto que Deus se pode conhecer pela luz natural das coisas (Rom 2, 10) "aquilo que, das coisas divinas não é acessível à razão humana - uma dimensão pessoal de Deus - pode ser conhecido pela revelação, com certeza e sem erro" (n. 6). Deste modo se começa a aflorar a questão polémica da "inerrância bíblica" questão que será

²⁷ Este aspecto da dimensão histórica da revelação foi vincado particularmente pelos teólogos protestantes Kriesten e Oskar Culmann, tendo criado um grande impacto sobretudo em Paulo VI.

superada mais adiante, ao mesmo tempo que se assume a doutrina do Vaticano I sobre o conhecimento de Deus através das célebres "provas da existência de Deus".²⁸

3.2 - Capítulo II: A Transmissão da Revelação

A transmissão da revelação dá-se pela pregação apostólica, pela acção dos sucessores dos Apóstolos e, por isso, a Tradição viva e a Sagrada Escritura são "um espelho no qual a Igreja peregrina contempla a Deus" (n. 7). Esta afirmação sugere uma questão fundamental: a palavra de Deus é essencialmente uma palavra "proclamada, dita, falada" e, por isso, Jesus não escreveu nada;²⁹ o facto de se escrever limita a força da mesma Palavra e esconde a mensagem que só a presença da pessoa pode manifestar. É daqui que deriva o conceito e necessidade da "Tradição": a necessidade de perpetuar a mensagem até ao fim dos tempos - apesar das limitações apontadas - levou a que, numa etapa posterior, a palavra evangélica fosse escrita (n. 8), mas o mais importante é que a comunidade cristã viva aquela palavra no culto, na religiosidade, na vida cristã; esta Tradição é viva e dá vida à palavra escrita, para o que conta com a assistência do Espírito Santo,³⁰ dando também o tom para a autêntica interpretação da Bíblia. Por isso mesmo, tentando conciliar as tendências opostas nos padres conciliares, a *Const. "Dei Verbum"* afirma que "Escritura e Tradição devem ser recebidas e veneradas com igual afecto de piedade e a mesma reverência", com o que consagra uma expressão de Trento (n. 9),³¹ mas deixa de fora algumas dificuldades ao ecumenismo pois os protestantes admitem apenas o princípio da "sola scriptura",³² mesmo que aceitem que a Escritura

²⁸ Esta questão controversa e de difícil aceitação para muitos, hoje em dia, faz parte do estudo filosófico de Deus (Teodiceia) foi proclamado como "dogma" pelo Concílio Vaticano I: "Si quis dixit Deum ratione humana probari nos posset, anathema sit" e é abordado por João Paulo II no livro *Atravessar o limiar da Esperança*, p. 29-35.

²⁹ Esta ideia vem já do Concílio de Trento que ressalta a relação entre a Escritura e a Igreja afirmando que o Evangelho foi escrito, mais que em livro, nos corações dos homens", salientando um elemento fundamental na vida da Igreja: a pregação ou anúncio do Evangelho.

³⁰ Talvez aqui uma pequena concessão às afirmações dos padres orientais, nomeadamente à intervenção de Mons. Neófito Edelby sobre a Tradição como "epiclesse da Sagrada Escritura". Sobre a problemática das relações entre Escritura e Tradição ver KARL RAHNER, *Schriften zur Theologie*, Vol. VI, Einsiedeln, 1965; trad. port. in K. RAHNER, *Teologia e Bíblia*, Ed. Paulinas, S. Paulo, 1972, 57-75.

³¹ Concílio de Trento, Sessão IV, 1. in *DS*. 703.

³² Bem entendidas as coisas, também os católicos podem admitir o princípio da "sola scriptura", na medida em que a mesma Escritura é, afinal, a expressão da tradição da própria Igreja primitiva que transmite as verdades da fé em que acreditamos. "Podemos formular um princípio da "sola scriptura" católico, contanto que o compreendamos de maneira católica e acrescentando que existe um testemunho

não se pode dissociar da fé da Igreja. Esta questão das relações entre Escritura e Tradição é uma questão um pouco académica e mesmo inútil: de facto, antes de haver Escritura houve Tradição e nenhuma delas se entende sem a outra. O que está mal é o extremar de posições: dos protestantes quando afirmam a "sola scriptura", dos católicos conservadores quando confundem a Tradição com o pensamento da hierarquia ou mais concretamente deles próprios.

À relação entre Escritura e Tradição se acrescenta agora a não menos polémica posição do Magistério. A este foi confiado o encargo de "servir a palavra de Deus", retomando as expressões da Introdução, bem como de a "interpretar autenticamente" (n. 10). Porém esta acção do Magistério não se exerce enquanto limitação do trabalho dos exegetas, mas enquanto decisão definitiva sobre as diferentes posições dos mesmos exegetas quanto a uma correcta interpretação. Quer dizer: o Magistério não diz ao exegeta como interpretar, mas é o exegeta que dá ao Magistério os dados para que este interprete correctamente a Escritura. À exegese não compete definir doutrina, mas estudar os fundamentos e apresentar novos elementos para essa definição. Esta doutrina - verdadeiramente nova neste documento - não é aceite pacificamente ainda hoje por alguns católicos, sobretudo em correntes mais "conservadoras" que ainda defendem, afinal, a doutrina de Trento...

3.3 - Capítulo III: Inspiração e Interpretação

Este capítulo, e particularmente o n. 11, apresenta o problema central, mais difícil e ainda discutido nos meios bíblicos. Trata-se da questão da relação entre a acção de Deus e a acção do homem na elaboração dos Livros Sagrados "escritos por inspiração do Espírito Santo" (n. 11). Este tema da inspiração assenta em dois textos bíblicos fundamentais: "Toda a escritura, divinamente inspirada (theopneustos), é útil para ensinar, persuadir..." (2Tim 3, 16) e "Foi, inspirados pelo Espírito Santo, que os homens santos escreveram..." (2Ped 1, 21) Adoptando a posição tradicional sobre a inspiração e particularmente a doutrina de Trento contra Lutero, a "*Dei Verbum*" afirma a inspiração e canonicidade de "todos os livros da Sagrada Escritura com todas as suas partes",³³ e diz que estes livros "têm Deus por autor".³⁴ Mas ao mesmo tempo afirma

e uma interpretação da Sagrada Escritura pela palavra viva da Igreja e do seu magistério, que são autoridade, e que esse testemunho da Escritura, em si, e essa interpretação por meio da autoridade não podem ser substituídos pela Escritura em si" (K. RAHNER, *Teologia e Bíblia*, p. 69).

³³ Efectivamente Lutero adoptara o "canon breve" ou palestinense que excluía certos livros do AT (Tob, Judit, Sab, Eclo, Baruch, Carta de Jeremias e Macabeus) e ainda excertos em grego de Ester e Daniel; enquanto que do NT excluía também Tiago, 2Ped, 2Jo, 3 Jo, Jud, Heb e Ap.

também que, "para redigir os livros sagrados, Deus se serviu de homens, na posse de todas as suas faculdades e possibilidades, para que pusessem por escrito, *como verdadeiros autores*, tudo e só aquilo que Ele quisesse". Há aqui uma radical mudança relativamente à tradição doutrinal sobre a inspiração: ao ser chamado de "verdadeiro autor" o autor humano já não é uma simples "causa instrumental do texto bíblico"³⁵ nem, muito menos, se limita a receber de Deus um "ditado",³⁶ de onde se deduz que a Bíblia, sendo um livro de origem divina, é também um livro profundamente humano.³⁷ "Quando se exprime em linguagem humana, Deus não dá a cada expressão um valor uniforme, mas utiliza-lhe as nuances possíveis com uma flexibilidade extrema e aceita-lhe igualmente as limitações".³⁸ Ao contrário do que se poderia supor, o relevo dado ao lado humano da Bíblia não vai diminuir a Sagrada Escritura como Palavra de Deus; antes, na medida em que mais profundamente constatamos o que a Bíblia tem de humano, e nela vemos limitações, mais claramente encontramos o que nela transcende as limitações do homem que escreve. Seguindo mais ou menos de perto a pista apontada por Pierre Benoit, ao assinalar as "analogias da Inspiração", na Sagrada Escritura, enquanto inspirada por Deus e sujeita às limitações dos homens e das épocas, encontramos uma antevisão do que seria a realidade plena da palavra de Deus

³⁴ A questão de "Deus autor" que fora aceite tradicionalmente tem que ser explicada. Efectivamente a expressão é dos Santos Padres, mas foi por eles entendida em sentido simbólico, ao passo que com a necessidade de rigor proveniente de Trento, os teólogos pós-tridentinos deram à expressão um sentido literal. Daí a dificuldade de entender a relação de "Deus autor" com a necessidade de aceitar a condição do homem como "verdadeiro autor" do livro sagrado. Uma questão semântica afinal e pouco mais...

³⁵ Doutrina tradicional de sabor aristotélico-tomista, mas que diminui a importância do autor sagrado e sobretudo colocou em questão a existência de géneros literários e as influências de outras culturas. A seguir ao Concílio Vaticano I, um dos seus peritos, o Card. Franzelin escreveu um *Tractatus de Divina Traditione et Inspiratione* que consagrava uma terminologia que iria tornar-se clássica apesar de contestada por biblistas como o P. Lagrange. Inspiração *formal* (pensamentos e conceitos) que é de Deus e inspiração *material* (palavras que os exprimem) que é do autor humano. (Ver V. MANNUCCI, *Bíblia Palavra de Deus*, Ed. Paulinas, S. Paulo, 1985, p. 176).

³⁶ A ideia do "ditado" também adoptada por Leão XIII na *Enc. "Providentissimus Deus"* é uma ideia que vem de S. Jerónimo e Santo Agostinho. Mas é preciso ver que estes Santos Padres não entendiam, ao tempo, a expressão "ditar" no sentido que nós entendemos hoje; para eles, "ditar" poderia significar "criar", "compor", "ensinar"... Após o Concílio de Trento foi erradamente tomada no sentido literal. Ou seja, como em muitas outras coisas, perdeu-se o sentido do "simbólico" próprio da linguagem patristica, dando origem a interpretações erróneas e obrigando os Santos Padres a dizer o que eles não quiseram, exactamente como acontece com os autores bíblicos...

³⁷ Quando a *Const. "Dei Verbum"* reconhece que os autores humanos são verdadeiros autores da Sagrada Escritura vem afinal canonizar uma antiga conclusão da crítica literária e confirmar o contributo positivo da mesma para uma visão englobante do fenómeno da inspiração" (ARMINDO VAZ, "A Bíblia, Palavra de Deus" in *Communio*, 3 (1986), p. 203).

³⁸ JOÃO PAULO II, *Discurso à Pontifícia Comissão Bíblica*, em 23 de Abril de 1993.

humanizada: Jesus Cristo, Verbo Incarnado. Tal como Jesus viveu a nossa condição humana, também a Palavra de Deus vive, na Sagrada Escritura, a condição do homem.

O documento em si deixa em aberto questões como: quem é inspirado? qual a relação entre inspiração e comunidade? qual o grau de utilização das faculdades humanas? qual relação entre a inspiração e carisma funcional do autor?³⁹ Mesmo assim, a *Constituição "Dei Verbum"* afirma-se como um factor que provocou uma viragem na perspectiva da inspiração, na medida em que deixa de colocar o acento na personalidade e na psicologia do autor como era tradicional para atender preferentemente à integração do próprio texto inspirado no contexto sócio-religioso que lhe deu origem, a situação existencial ("Sitz im Leben") do autor e, inclusivamente, no próprio desenvolvimento do processo de elaboração da narrativa que deu origem ao texto (etapas tratadas pelo método da "Formgeschichte").⁴⁰ O fenómeno da inspiração fica melhor explicado se for integrado na linha teológica dos carismas espirituais da comunidade de Deus por meio dos quais acontecia, se conservava e se comunicava a Revelação.⁴¹ Concluindo com Bruce Vawter: "Deus inspirou uma literatura: infundiu nela a Sua palavra não privando-a de qualquer coisa humana, mas, antes, utilizando todo o seu significado e qualidades humanas diversas. Deus ajustou-se aos caminhos do homem, não um homem ideal, a-histórico, mas um homem na sua condição única, histórica, precisamente o homem que necessita ouvir a palavra salvadora de Deus. Este é o homem que encontramos na Bíblia e até ele veio essa Palavra".⁴²

Na última parte do n. 11 aborda-se outra questão controversa e apresenta-se uma solução interessante: a questão da "inerrância" bíblica. O desenvolvimento de um

³⁹ Assinalados e estudados sistematicamente em V. MANNUCCI, *Bíblia Palavra de Deus*, Ed. Paulinas, S. Paulo, 1985, p. 183-217.

⁴⁰ Cfr. ARMINDO VAZ, "A Bíblia, Palavra de Deus" in *Communio*, 3 (1986), p. 200 e 212. Ver particularmente a conclusão deste artigo a pp. 212-214. A "Formgeschichte" era uma metodologia originada por Gunkel e continuada por teólogos de Tubingen como Dibelius e Rudolph Bultmann que adoptava a crítica textual com o objectivo de determinar as diferentes formas ou estádios por que passava uma determinada narração até à redacção final. Ali haveria elementos que pertenceriam à origem e assumidos pela comunidade (elementos tradicionais) e elementos de iniciativa do autor (elementos redaccionais).

⁴¹ Esta questão da "psicologia da inspiração" haveria de ser tratada predominantemente por Pierre Grelot relacionando-a com um "carisma funcional" do hagiógrafo enquanto que a perspectiva "sociológica" da inspiração ocuparia, entre outros, Karl Rahner que considera o autor inspirado em função da Igreja, Luís Alonso Schoekel que estuda o processo social da criação literária. John Mackenzie vai mais longe, ao ponto de afirmar que quem é inspirado é a comunidade, na medida em que cada vez que se conta determinado facto ele se vai recompondo.

⁴² BRUCE VAWTER. *Biblical inspiration*, 1972, citado em W. HARRINGTON, *Chave para a Bíblia*, Ed. Paulinas, S. Paulo, 1985, p. 39, onde se encontra um importante resumo sobre o estado actual da questão da inspiração bíblica.

certo historicismo bíblico e a fé na impossibilidade de Deus se enganar ou nos enganar tinha provocado um alegado conflito entre a Bíblia e as ciências, desde o caso Galileu, passando pela controvérsia entre o evolucionismo e as narrativas da criação, juntamente com algumas imprecisões de carácter histórico. Muitas soluções se tentaram como o "concordismo", procurando situações em que se poderia compaginar a inerrância bíblica com os dados das ciências e, mais ainda, com soluções que procuravam dizer que a Bíblia poderia errar do lado humano, mas não do divino, separando na Escritura as questões doutrinárias e as questões secundárias, etc. O documento é claro: a Sagrada Escritura ensina com fidelidade e sem erro "a verdade que Deus quis que fosse consignada para nossa salvação". Na expressão "nostrae salutis causae" está a chave da solução do problema; ao retirar, finalmente, no *Esquema V*, o termo "inerrância" o documento diz que não se pode procurar verdades científicas nem excluir da Bíblia o que não se refere a questões de fé; trata-se de aceitar com verdade tudo o que ali se encontra, seja científico ou não, mas apenas em função da nossa salvação". O que a Sagrada Escritura apresenta e que pode ter relação com as ciências ou com a História não está lá por causa das ciências ou da história, mas por causa da salvação do homem.

O n. 12 trata expressamente da interpretação da Sagrada Escritura ou da hermenêutica bíblica e, em particular, dos géneros literários, consagrando finalmente um tema que fora apresentado por Pio XII na *Enc. "Divino Afflante Spiritu"*. Os passos a seguir para uma correcta interpretação bíblica são: 1) procurar o que o autor quis dizer, devendo-se, para tal, fazer um estudo histórico-literário a fim de descobrir as condicionantes de linguagem, os géneros literários usados, o sentido das palavras no contexto cultural do autor sagrado; por isso é importante o estudo das línguas e culturas antigas e orientais como já fora afluído por Leão XIII na *Enc. "Providentissimus Deus"*;⁴³ 2) "traduzir a linguagem do passado em categorias e modos de pensar actuais, podendo-se confrontar o texto com os problemas e aspirações humanos manifestos no novo sistema linguístico";⁴⁴ para tal, há que ter em conta a unidade da Sagrada Escritura e a tradição viva da Igreja, desde os Santos Padres até aos dias de hoje, na sua forma de a interpretar. Em certo sentido poderemos dizer que, dentro da própria Escritura, uns livros podem ajudar a interpretar os outros, há releituras posteriores⁴⁵ de

⁴³ "Uma rigorosa análise literária dos textos inspirados deixa à vista o trabalho artístico e técnico dos respectivos escritores: descobrimos estilos peculiares e característicos de cada um, palavras intencionais que produzem um determinado efeito de beleza, assonância ou onomatopeia; encontramos o culto do estilo na disposição dos membros das frases, na transformação de fórmulas rítmicas, na construção engenhosa de uma perícopa, no desenvolvimento de uma imagem tópica, etc. Enfim, podemos ver no rosto do escritor o suor com que extraiu o texto da canteira da linguagem" (Cfr. ARMINDO VAZ, "A Bíblia, Palavra de Deus" in *Communio*, 3 (1986), p. 213)

⁴⁴ Ver ISIDRO ALVES, "Exegese para a Igreja" in *Communio* 3 (1986), p. 229.

livros anteriores como do Novo Testamento relativamente ao Antigo; 3) inserir a Palavra no quadro específico de um auditório, de uma situação comunitária ou individual, para nela operar como estímulo de decisão; para tal deve-se ter em conta a "analogia da fé", ou seja, não pode haver contradição entre os diferentes livros da Sagrada Escritura, pelo que a interpretação de um determinado livro deve ter em conta todos os outros. Este princípio apresenta algumas exigências até do ponto de vista pastoral já que não poderemos limitar-nos a interpretar, a título pessoal, e isolado da totalidade da Bíblia, qualquer passagem ou livro, sob pena de não passarmos de uma leitura individual e limitada, para não dizer errada da Sagrada Escritura. A liturgia dá hoje uma preciosa ajuda nesse campo, quando apresenta uma relação quase sempre muito próxima entre as leituras do Antigo Testamento e do Evangelho.⁴⁶ Ao Magistério da Igreja se reserva o último juízo sobre a interpretação da Escritura,⁴⁷ em contraposição à teoria do "livre exame" preconizada pelos protestantes.

Em conclusão deste capítulo, o n. 13 retoma o tema da "condescendência" de Deus que nos deixa a sua palavra como reflexo do seu amor para com a humanidade. No que diz respeito aos géneros literários na Sagrada Escritura convém referir que foi o confronto do texto bíblico com outros textos extra bíblicos dos povos circunvizinhos que tratavam de assuntos idênticos que deu a entender que afinal a Bíblia não se encontrava culturalmente isolada do seu mundo, mas dele participava de um modo anteriormente insuspeitado.⁴⁸

3.4 - Capítulo IV: O Antigo Testamento

⁴⁵ Ver Documento da Pontifícia Comissão Bíblica, de 1992, p. 103

⁴⁶ A questão "hermenêutica" está muito em voga nos diferentes tipos de literatura e a literatura bíblica não tem escapado a essas análises, nomeadamente a "semiótica" que tem dado um valioso contributo à crítica textual bíblica nomeadamente no processo da "história das formas". Cfr. V. MANNUCCI, *Bíblia Palavra de Deus*, p. 327-355. Este mesmo autor trata a questão que nos ocupa aqui, da hermenêutica teológica, a pp. 365. Sobre este assunto ver também *Documento da Pontifícia Comissão Bíblica*, de 1992, p. 20.

⁴⁷ Ao Magistério compete actuar precisamente na terceira parte do arco hermenêutico que apresentámos acima, ou seja a integração do sentido do texto no contexto da comunidade actual. Ver a parte "Exegese e Magistério" do artigo anteriormente citado de Isidro Alves, p. 231.

⁴⁸ É evidente que se torna necessário que "o próprio exegeta perceba nos textos a palavra divina e isso só é possível se o seu trabalho intelectual for alimentado por um impulso de vida espiritual" (JOÃO PAULO II, *Discurso à Pontifícia Comissão Bíblica*, n. 9) Este tema é desenvolvido amplamente no trabalho da mesma Comissão então apresentado.

Neste capítulo afirma-se a importância do Antigo Testamento como apresentação do plano de Deus concretizado na história da humanidade e particularmente na História do Povo de Israel, através de palavras e de acções ("gestis verbisque") (n. 14); apesar de a sua importância e eficácia se concretizar e aprofundar apenas no Novo Testamento (n. 15), o Antigo é também Palavra de Deus e não um documento do passado que a existência do Novo arruma para os arquivos, pois ele revela com clareza o complexo e longo processo da "pedagogia divina"; por isso, em certo sentido, o Novo Testamento está escondido no Antigo e o Antigo Testamento esclarece definitivamente o seu significado no Novo (n. 16). Esta posição da "*Dei Verbum*" deve enquadrar-se numa perspectiva de abertura e diálogo com o povo judeu desenvolvida posteriormente e que encontra um eco particular hoje em dia, sobretudo após as atitudes tomadas pelos dois últimos pontífices.

3.5 - Capítulo V: O Novo Testamento

Neste capítulo faz-se uma apresentação solene do Novo Testamento sem qualquer questão polémica: o Novo Testamento não se limita a continuar o Antigo, mas transmite-nos a palavra de Deus, de uma forma palpável (n. 17), na pessoa do Filho de Deus incarnado; adquirem particular relevância, pela sua origem apostólica, os Quatro Evangelhos enquanto testemunho da presença de Jesus entre os homens (n. 18); a Igreja aceita unanimemente a sua historicidade e verdade apesar de termos que entender e concretizar quer o processo de formação dos Evangelhos quer as particularidades de cada evangelista (n. 19).⁴⁹ Apresentam-se, de seguida, (n. 20) os restantes livros do Novo Testamento - com particular relevo para as cartas paulinas - "nos quais se confirmam todas as coisas que se referem a Cristo Senhor" e onde "são narrados os começos da Igreja". O facto de estes livros aparecerem e serem tratados a seguir não nos deve induzir no erro de que a elaboração dos Evangelhos tenha precedido os restantes escritos, nomeadamente as cartas paulinas; de facto estas são anteriores no tempo a qualquer dos Evangelhos.

3.6 - Capítulo VI: - A Bíblia na vida da Igreja

⁴⁹ O processo de formação pode resumir-se nos seguintes passos: 1) elaboração e selecção das primeiras colecções de narrativas a começar pela narrativa da Paixão do Senhor; 2) fase redaccional em que o autor interpreta esse material no contexto da comunidade em que vive; 3) elaboração escrita tendo em conta a cultura, os destinatários e mesmo os objectivos doutrinais específicos de cada evangelista.

Trata-se de um longo capítulo de carácter pastoral e cujos efeitos se fariam sentir quer na reforma litúrgica quer nas orientações sobre os estudos eclesiais quer ainda na orientação da espiritualidade cristã.⁵⁰ A grande novidade deste capítulo é maior do que parece: sabemos que logo após o Concílio de Trento, e mesmo contra o espírito do concílio, a leitura da Sagrada Escritura se tornara um perigo para a ortodoxia, o que implicou uma rejeição progressiva dos Livros Sagrados como se fossem um documento protestante, deixando a estes uma "Bíblia sem Igreja" e ficando os católicos com a "Igreja sem Bíblia"... Agora o efeito é exactamente o contrário: preconiza-se uma leitura assídua da Bíblia, o seu estudo e aprofundamento,⁵¹ a promoção das ciências bíblicas (n. 23), a utilização mais cuidada da Bíblia na liturgia eucarística, nos restantes sacramentos, na Liturgia das Horas⁵² (n. 21) e sobretudo como fonte de pregação.⁵³ Para tal é preciso dotar os fiéis de traduções a partir dos textos originais, com as necessárias anotações (n. 25) sendo estes a melhor base para um cuidado estudo da Sagrada Escritura, com particular relevo para a versão grega do LXX⁵⁴ e a versão latina da Vulgata.⁵⁵ Para as traduções será salutar o diálogo e a colaboração com os "irmãos separados" (n. 22).⁵⁶

A Sagrada Escritura deve ser a "alma" e não a "serva" da Teologia (n. 24) da mesma forma que deve ser o fundamento da pregação pastoral, da catequese e de toda a espécie de instrução cristã onde tem um particular destaque a homilia. As implicações disto são enormes e foram-se explicitando em documentos posteriores ao Concílio, de onde destacamos: de Paulo VI a *Exortação Apostólica "Evangelii Nuntiandi"* e de João

⁵⁰ Ver V. MANNUCCI, *Bíblia Palavra de Deus*, p. 404-411.

⁵¹ Sobre o estudo da Palavra de Deus ver *Decr. "Optatam Totius"*, n. 4.

⁵² A este respeito ver a *Const. "Sacrosanctum Concilium"* n. 9 e n. 10; particularmente sobre a Bíblia na Liturgia das Horas ver Paulo VI, *Const. Apostólica sobre a reforma do Ofício divino* (1971) e ainda o *Documento da Pontifícia Comissão Bíblica*, de 1993, p. 146-155.

⁵³ Esta doutrina conciliar levou mesmo a que em certos meios se falasse e fale ainda de uma certa "protestantização" da Igreja Católica, tão arraigada se encontrava a ideia de que a Bíblia era para os protestantes, ficando-se os católicos com os Sacramentos e as devoções e certo tipo de pregações moralizantes. A actual popularidade da Bíblia entre os católicos demonstra que isto se ultrapassou.

⁵⁴ O NT tanto cita o AT segundo o texto hebraico como segundo a versão dos LXX ao ponto de se chegar a discutir a inspiração desta versão grega do Antigo Testamento. Aqui não se aflora o assunto.

⁵⁵ Note-se que a própria Vulgata foi revista e retraduzida, um trabalho longo de monges para os quais foi construído o mosteiro dedicado a S. Jerónimo na cidade de Roma e onde hoje está sediado o Pontifício Instituto de Música Sacra, na Via de Torre Rossa. Em 1992 ainda lá estavam alguns deles.

⁵⁶ Deste tipo de diálogo e colaboração resultou uma bela e importante versão da Bíblia, conhecida como TOB (Traduction Oecumenique de la Bible), divulgada entre nós como *"Bíblia em Português corrente"*.

Paulo II a *Exortação Apostólica "Catechesi Tradendae"* integradas no movimento de renovação e da “nova evangelização” que se seguiu ao Concílio. Ao falar da Sagrada Escritura como fonte da homilia e da pregação quer-se dizer que precisamos de superar certos tipos de homilia ou comentário moralizante, piedoso,⁵⁷ porventura de interpretações pessoais, por forma a dar-lhe um tom marcadamente bíblico através da contextualização dos textos utilizados, de uma visão actualizada dos textos de cada celebração, textos que devem ser lidos em função quer da celebração em si mesma quer do tempo e das pessoas a que se dirige.⁵⁸ Para tal - diz a "*Dei Verbum*" - é preciso que "sacerdotes,⁵⁹ diáconos e catequistas que legitimamente se dedicam ao ministério da Palavra, adiram à Escritura pela assídua leitura sagrada e o seu estudo diligente, a fim de que nenhum deles se torne pregador vão da palavra de Deus por fora e que não a escuta no seu interior" (n. 25).⁶⁰ Poderíamos hoje ainda perguntar: onde está o cumprimento desta exortação feita pela *Const. "Dei Verbum"* a avaliar por homilias que não têm em conta os textos do dia, ao assistirmos a pregações edificantes com historinhas piedosas, para não falarmos já das crónicas de passeios a lugares "santos";⁶¹ ao escutarmos sermões de "chapa" onde apenas se muda, e por vezes mal, o nome do santo?

Na conclusão do Documento faz-se um apelo ao enriquecimento da vida espiritual do povo de Deus pela participação eucarística e pela participação da Palavra, onde se exorta a que "o tesouro de Revelação confiado à Igreja encha cada vez mais os

⁵⁷ Note-se a este respeito o que diz o *Documento da Pontifícia Comissão Bíblica*, na p. 152: "Uma insistência unilateral sobre as obrigações que se impõem aos fiéis deve seguramente ser evitada. A mensagem bíblica deve conservar o seu carácter principal de boa nova da salvação oferecida por Deus. A pregação fará trabalho mais útil e mais conforme à Bíblia se ajudar primeiramente os fiéis a conhecer o dom de Deus (Jo, 4, 10) tal como Ele é revelado na Escritura e a compreender de maneira positiva as exigências que daí decorrem".

⁵⁸ Sobre a Homilia ver *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 41-42.

⁵⁹ Sobre a Bíblia na missão do Sacerdote ver ainda *Decr. "Presbiterorum ordinis*, n. 4 e 18, o *Directório sobre a Vida e Missão dos Presbíteros*, n. 46 e a *Exortação Pastoral "Pastores dabo vobis"*, n. 54).

⁶⁰ "Todo o cristão deve acolher e aplicar a Escritura a si mesmo: só quem se coloca, antes de mais nada, à escuta da palavra de Deus pode tornar-se seu anunciador. De facto, o cristão não deve ensinar uma sabedoria própria, mas a sabedoria de Deus que, muitas vezes, aos olhos do mundo, parece loucura" (BENTO XVI, *o. cit.*).

⁶¹ Apesar de tudo, segundo um recente inquérito levado a cabo em França, Espanha e Itália, 80% dos "católicos praticantes" só ouvem a Sagrada Escritura na Missa do Domingo e apenas 3% desse grupo lê a Bíblia todos os dias. Os dados são ainda mais surpreendentes quando se revela que 40% dos inquiridos acredita que São Paulo escreveu um Evangelho e 26% afirma o mesmo sobre São Pedro. Os investigadores mostraram ainda que nos países do sudeste europeu, a Bíblia é vista como um livro "reservado ao clero".

corações dos homens" (n. 26). A ideia das duas mesas - Palavra e Eucaristia - haveria de constituir o centro da própria estrutura das celebrações litúrgicas e também de uma nova teologia litúrgica que não deixaria de provocar alguns exageros face ao entusiasmo com que se procurou inculcar a importância da Liturgia da Palavra.

4. Alcance e valor actual da *Const. "Dei Verbum"*

Olhando um pouco para os acontecimentos posteriores, poderemos constatar que este documento contribuiu efectivamente para uma nova visão da própria Igreja que se apresentava antes do Concílio como "guia" da Palavra de Deus e agora se sente como alguém cuja vida depende da "escuta" da mesma Palavra; a Palavra de Deus não é confiada à Igreja como um "depósito" ou um "património" a guardar e a conservar intacto, mas algo de muito vivo e cuja vida é preciso promover tanto na Hierarquia como em cada um dos mais simples fiéis. A Revelação de Deus não é algo que se possa entender no quadro de uma reflexão filosófica ou teológica, mas apenas no quadro de uma relação do homem com Deus; a fé não se limita à adesão intelectual a um conjunto de verdades que se sabe mais ou menos explicar e defender, mas é uma resposta existencial do homem a Deus assumida na esperança e concretizada na caridade. Entre Bíblia e Igreja existe uma relação de dependência tão profunda que uma não pode existir sem a outra.⁶² Assim, "após um exílio secular, a Palavra de Deus reencontrou - a partir da reflexão do Concílio e da elaboração da *Const. "Dei Verbum"* - o seu carácter central na vida da Igreja Católica, o que é um facto incontestável. Poder-se-ia mesmo falar de redescoberta da Palavra de Deus por parte dos crentes católicos que durante séculos deixaram de conhecer e de praticar o contacto directo com as Escrituras. Precedido e preparado pelos movimentos litúrgicos, ecuménicos e bíblicos o Concílio Vaticano II libertou realmente a Palavra e pôs fim ao exílio das Escrituras Sagradas".⁶³

Quarenta anos depois da promulgação da *Constituição "Dei Verbum"*, podemos dar-nos conta da sua importância em diversos campos: na renovação dos leccionários litúrgicos, na importância dada à Palavra de Deus na Liturgia, na profusão de cursos

⁶² Esta ideia serviu para alguns teólogos interpretarem o conceito de inspiração exactamente em função desta dimensão comunitária da Sagrada Escritura, como é o caso de Karl Rahner que define a inspiração em função da vontade fundacional de Cristo relativamente à Igreja. Sobre a importância da Sagrada Escritura na vida dos Religiosos a respectiva Congregação publicou em 15 de Agosto de 1969 o Documento "*Venite seorsum*" onde se exalta o valor da Palavra de Deus na vida dos religiosos.

⁶³ E. BIANCHI, "Le caractère central de la Parole de Dieu" in *La réception do Vatican II*, Paris, 1985, citado em INACIO DE LA POTTERIE, "Leitura da Sagrada Escritura no Espírito" in *Communio* 3 (1986), p. 258-259.

bíblicos e no estímulo à ciência e exegese bíblica, na multiplicação de traduções, na edição de livros e revistas, na divulgação dos textos bíblicos mesmo ao nível meramente cultural, inclusivamente na Internet, ou ainda a recente experiência entre nós da “Bíblia Manuscrita” que movimentou milhares de pessoas, mesmo não crentes, em torno do texto da Sagrada Escritura. Deixámos de ter medo de ler, comentar e analisar o texto bíblico, mesmo que subsistam ainda algumas tendências mais conservadoras; deixou-se de ir para a igreja com o rosário e o missal e de rezar o terço durante as leituras da missa, criando-se inclusivamente a “Celebração da Palavra”; a Bíblia entrou fortemente na pedagogia da fé e particularmente na Catequese onde faz parte integrante da abordagem de cada tema, entrou na oração, na própria simbologia e no imaginário que decora as salas de catequese; a exemplo do que aconteceu na sala de sessões do Concílio Vaticano II, não há sala de catequese ou mesmo de Reuniões que não tenha uma Bíblia aberta. Hoje cita-se mais a Sagrada Escritura que os escritos dos teólogos e estes tomam os estudos bíblicos como base de reflexão teológica e não os comentários dos outros teólogos; até os documentos pontifícios estão pejados de citações bíblicas, para não dizermos que é a mensagem bíblica que constitui o travejamento da sua própria estrutura como acontece particularmente com os documentos publicados pelo Papa João Paulo II.

Isto não quer dizer que não haja ainda muito caminho a percorrer: precisamos de tornar o texto bíblico mais acessível, quer quanto à linguagem quer quanto ao preço das edições, a todos e particularmente aos mais pobres, aqueles a quem a Boa Nova foi efectivamente anunciada, mas a quem, de facto, não chega; os grandes estudos da exegese bíblica continuam confinados a alguns eleitos, e a maioria dos métodos de exegese são inacessíveis para a quase totalidade dos fiéis; ao nível dos estudos bíblicos, nomeadamente nos países ricos e desenvolvidos, chegou-se a uma situação de exagero em que valem mais as hipóteses de interpretação que a palavra de Deus, ao ponto de o texto ter perdido a sua unidade de tão esfacelado que se tornou para os exegetas que gastam tempo a “estudar perícopas”. Por isso o próprio Papa Bento XVI pediu, no seu recente Discurso ao Congresso que celebrava em Roma os 40 anos da Constituição para que se encontrem métodos mais acessíveis de abordagem da Sagrada Escritura: “Este ponto firme da pastoral bíblica, a *Lectio divina*, deve ser por isso ulteriormente encorajado, mediante o uso também dos métodos novos, atentamente ponderados, ao passo com os tempos. Jamais devemos esquecer que a Palavra de Deus é lâmpada para os nossos passos e luz sobre o nosso caminho”.

É importante e urgente recuperar a leitura espiritual da Sagrada Escritura, particularmente a *Lectio divina*,⁶⁴ tomando a Bíblia como inspiradora da oração e de um encontro íntimo com o Deus que se revela na nossa vida e no nosso tempo, procurando, para além daquilo que Ele disse, “naquele tempo”, e que o autor humano nos transmitiu através da palavra escrita, aquilo que também hoje o “Espírito diz às Igrejas” (Ap 2, 7). Assim fez João Paulo II na *Exortação Apostólica “A Igreja na Europa”*, recomendou na *Carta Apostólica “Novo Millennio ineunte”*, n. 39, e nos ensina particularmente a Virgem Maria que “escutava e acolhia a palavra no seu coração” (Lc 2, 19. 51). Uma palavra que deve ser lida particularmente na comunidade, já que foi da comunidade que ela nasceu: proveniente da vida da comunidade crente, a Bíblia deve transformar-se em vida na comunidade crente. Escutar hoje catolicamente a Palavra de Deus é escutar o modo como a apresenta o Magistério da Igreja, os santos, os teólogos, os exegetas, os artistas, a liturgia e mesmo a gente simples nas suas manifestações de fé. Do complexo destas diferentes leituras nasce uma correcta e completa interpretação da Palavra de Deus nos dias de hoje.

5. Conclusão:

O “falar” de Deus na Bíblia não apresenta verdades abstractas, mas um projecto de história entre Deus e os homens, uma proposta de vida nova, lançada no rosto de pessoas concretas, de uma comunidade comprometida na História da Salvação. Precisamos de voltar a escutar a voz de Deus, redescobrir a importância da *Constituição “Dei Verbum”* e da reflexão conciliar sobre a Revelação, apostar na implementação dos desideratos do Concílio sobre a Palavra de Deus e particularmente na missão evangelizadora da Igreja. A nova evangelização passa certamente por este contacto, por esta divulgação da palavra de Deus para crentes e não crentes; e se é verdade que muitos não crentes chegam à mensagem bíblica através de canais que quase nem se poderiam sonhar nos anos em que foi redigido este documento, e se apreciamos a pertinência do desafio de Bento XVI aos não crentes para que procurem

⁶⁴ O grande especialista e cultor da *Lectio divina*, Card. Carlo Maria Martini define-a do modo seguinte: “Colocar-se diante do texto com uma explicação simples, que saiba captar os pontos fundamentais e a sua mensagem permanente e que seja capaz de interpelar a pessoa que o lê e medita, estimulando-a a orar a partir do texto que tem diante de si. Resume-se em três palavras: *leitura*, pela qual se analisa o texto e se lê como se fosse a primeira vez; *meditação*, procurando captar a mensagem do texto para cada tempo e para cada um, valores que transmite, coordenadas do actuar divino que nos dá a conhecer: que é que este texto nos diz, que mensagem pretende transmitir? *Contemplação*, pela qual entramos em oração, em diálogo com Deus a partir da leitura e da mensagem do texto. (CARLO MARIA MARTINI, “A centralidade da Palavra de Deus na vida da Igreja”, comunicação ao Congresso sobre “A sagrada Escritura na vida da Igreja” pelo 40.º Aniversário da Const. “Dei Verbum” (Roma, 14 a 18 de Setembro de 2005).

viver “como se Deus existisse”, como não fazer da mensagem bíblica e das novas formas de divulgação da mesma o instrumento privilegiado da evangelização dos crentes que permanecem afastados das celebrações litúrgicas, mas que ouvem rádio, passam horas diante da televisão e estão permanentemente ligados à Internet? E, já agora, fazemo-nos eco também da vontade expressa pelos congressistas de Roma no sentido de que o Santo Padre convoque, quanto antes, um Sínodo dedicado à “*Dei Verbum*” no seguimento do que acaba de ser dedicado à Eucaristia. Quem sabe se não seria uma forma de completar as questões que ficaram um tanto em aberto na reflexão conciliar e mesmo a oportunidade de desenvolver aquele espírito ecuménico iniciado pelo concílio, ao mesmo tempo que se poderia restabelecer a relação mais directa e clara entre a Palavra e a Eucaristia, o Alfa e Ómega da actividade episcopal, como há muito tempo referia João XXIII,⁶⁵ e no sentido apontado em pleno Concílio por Mons. Neófito Edelby, já anteriormente citado, quando afirmava: “A Escritura, antes de ser um livro é o testemunho do Espírito Santo sobre o acontecimento de Cristo, cujo momento privilegiado é a Liturgia Eucarística... as Igrejas orientais vêem a Sagrada Escritura como a consagração da História da Salvação sob as espécies da palavra humana, mas inseparável da consagração eucarística” É verdade que 40 anos é muito pouco no contexto da história milenar da Igreja, mas cremos, como recordava Mons. John Onaiyekan,⁶⁶ que depois desta travessia do deserto, uma nova energia poderá despontar na vivência da Palavra, por parte do Povo de Deus, neste tempo que é o nosso.

⁶⁵ ANGELO RONCALI/ JOÃO XXIII, *Carta aos fiéis do Patriarcado de Veneza* (1952).

⁶⁶ JOHN ONAIYEKAN, “*Da Dei Verbum à Novo Millennio Ineunte*” – o processo de recepção da *Dei Verbum* à luz da mudança de paradigma nos últimos 40 anos”, Comunicação ao Congresso sobre “A Sagrada Escritura na vida da Igreja”, realizado em Roma, de 14 a 18 de Setembro de 2005.